



JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: DESAFIOS E IMPACTOS NO CUIDADO AO PACIENTE CRÍTICO

LUIS EDUARDO MIANI GOMES; JULIANA TEIXEIRA GOMES; TATIANE MENDES SANCHES; ANDRESSA SANCHEZ SILVA LUIZON; SIMONE CAMARGO DE OLIVEIRA ROSSIGNOLO

Introdução: A judicialização da saúde é um fenômeno crescente no Brasil, especialmente em situações de alta complexidade, como no contexto da Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Pacientes em estado crítico frequentemente dependem de recursos e medicamentos de alto custo, que nem sempre estão disponíveis nas redes pública ou suplementar de saúde, levando familiares ou representantes legais a buscarem o Poder Judiciário para garantir o acesso a tratamentos essenciais. Esse processo gera impacto tanto na gestão hospitalar quanto na organização dos serviços de saúde. **Objetivo:** Analisar o impacto da judicialização da saúde no contexto das UTIs, compreendendo seus principais motivos, implicações na rotina assistencial e desafios para os profissionais de saúde e gestores hospitalares. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada por meio de busca nas bases de dados SciELO, PubMed e LILACS, utilizando os descritores: "judicialização da saúde", "unidade de terapia intensiva" e "direito à saúde". Foram selecionados artigos publicados entre 2015 e 2024, em português e inglês, que abordassem a temática proposta. Ao todo, 18 estudos atenderam aos critérios de inclusão e foram analisados qualitativamente. **Resultados:** A análise dos estudos revelou que a judicialização na UTI é motivada, em grande parte, pela falta de leitos, medicamentos de alto custo, insumos específicos e procedimentos complexos. Destacou-se também o aumento da demanda judicial para a obtenção de terapias experimentais ou ainda não incorporadas pelo SUS. Os gestores hospitalares expuseram dificuldades na reorganização de recursos orçamentários em razão de decisões judiciais inesperadas. Por outro lado, o fenômeno também impulsiona debates sobre a efetivação do direito à saúde e a necessidade de revisão das políticas públicas de incorporação tecnológica. **Conclusão:** A judicialização da saúde na UTI reflete a tensão entre a limitação dos recursos públicos e o direito fundamental à vida e à saúde. Embora represente uma garantia de acesso para o paciente, gera desafios éticos, jurídicos e gerenciais para o sistema de saúde. Torna-se fundamental aprimorar o diálogo entre os poderes Judiciário, Executivo e profissionais da saúde para reduzir as distorções no cuidado e promover maior equidade no acesso aos serviços intensivos.

Palavras-chave: Judicialização, Unidade de terapia intensiva, Desafios e impactos.